



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2015/00054

Brasília, 27 de abril de 2015.

Objetivo da reunião: Reunião do COGEST
Horário e local: 10h - Salão Orlando Gomes - TRF1
Assunto: Planejamento estratégico

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ministra Laurita Vaz	MAGISTRADO	PR
Erivaldo Ribeiro dos Santos	SEM VÍNCULO/OUTRAS ESFERAS	SG
Kelly Cristina Oliveira Costa	MAGISTRADO	JA-CG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETÁRIO	SDI
Lúcio Melre da Silva	SECRETÁRIO	STI
Cintia da Silveira Lima	CHEFE DE ASSESSORIA	ASCOM
Desembargador Federal Cândido Filho	Presidente	TRF 1
Juiz Federal Marcelo Albernaz	Juiz Auxiliar da Corregedoria	TRF 1
Carlos Frederico Maia Bezerra	Diretor-Geral	TRF 1
Desembargador Federal Poul Erik	Presidente	TRF 2
Juiz Federal Osair Victor de Oliveira Júnior	Juiz Auxiliar	TRF 2
Roque Almeida	Diretor Geral	TRF 2
Desembargador Federal Fabio Prieto	Presidente	TRF 3
Juíza Federal Giselle Amaro e França	Diretora do Foro da Seção Judiciária de SP	TRF 3
Gilberto Nunes	Diretor Geral	TRF 3
Desembargador Federal Tadaaqui Hirose	Presidente	TRF 4

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli	Juiz Auxiliar	TRF 4
Luiz Izidoro Zorzo	Diretor Geral	TRF 4
Desembargador Federal Marcelo Navarro	Presidente	TRF 5
Juiz Federal Leonardo Resende	Juiz Auxiliar	TRF 5
Luiz Carlos Targino Dantas	Diretor de Desenvolvimento Institucional	TRF 5

Pauta

1. Apresentação dos Resultados 2014

Após as boas vindas, foi realizada a apresentação dos resultados 2014 pelo Secretário de Desenvolvimento Institucional, Ivan Bonifácio. Em relação às metas comentou-se: Meta 1 - Aumento da produtividade judicial, visando a redução do congestionamento de processos. Os resultados demonstram que houve aumento de produtividade em relação ao ano de 2013, mas esse incremento não foi suficiente para vencer o número de casos novos, gerando certo congestionamento na Justiça Federal naquele ano. Meta 2 - Busca da razoável duração dos processos judiciais, com o julgamento prioritário dos mais antigos. A apuração dessa meta demonstrou que, em 2014, todos os Tribunais Regionais conseguiram julgar, ao menos, 80% dos processos com mais de seis anos de tramitação, em cada instância, reduzindo o acervo dos processos mais antigos. Meta 4 - Solução, em até dois anos, dos processos relativos à improbidade administrativa e à crimes contra a administração pública. Em praticamente todas as regiões foi possível, tal como determinou a meta, julgar, ao menos, 50% dos processos com mais de dois anos de tramitação, o que representou cerca de 10 mil feitos com ao menos uma decisão tendente a por fim ao processo, representando a contribuição efetiva dessa justiça especializada no combate à corrupção. Meta 5 - Redução do congestionamento de processos na fase de execução. Trata-se da situação em que se consolida a efetividade da prestação jurisdicional. Apenas a primeira e a segunda região reduziram o acervo de processos nessa fase. Além das metas nacionais, foram apresentadas as específicas da Justiça Federal, do período 2010 a 2014. Meta - Satisfação dos Usuários da Justiça Federal. Foram seis temas pesquisados, merecendo destaque positivo as instalações físicas e o atendimento no balcão, enquanto que o nível mais baixo de satisfação refere-se ao tempo de tramitação dos processos. Meta - Nível de acesso à Justiça. A meta de implantar 46 novas unidades foi totalmente cumprida em 2014. Meta - Conciliação. Os resultados indicam que, apesar do número elevado de conciliações em 2014, cerca de 426 mil, o desempenho ficou 10% inferior ao de 2013. Em seguida, foi aberta a palavras aos Presidentes que comentaram sobre as dificuldades para incrementar a produtividade e a melhoria dos resultados: TRF 1 - O Desembargador Federal Cândido Filho mencionou a necessidade de adequação dos quadros de magistrados e servidores, que na primeira região encontra-se defasado; TRF 2 - O Desembargador Federal Poul Erik salientou a necessidade de melhor explicitar as causas dos resultados relativos as metas, por exemplo, citando, que a conclusão da fase de execução está condicionada a fatores externos à Justiça Federal para a sua efetividade (identificação do devedor e de bens). Além disso, citou os problemas gerados pelo quadro insuficiente de pessoal e destacou a importância em se manter atrativa a carreira da magistratura; TRF 3 - O Desembargador Federal Fabio Prieto também mencionou as dificuldades de reduzir o congestionamento na fase execução, bem como a necessidade de priorizar aos magistrados a atuação na atividade

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

judicante; TRF 4 - O Desembargador Federal Tadaaqui Hirose analisou o resultado da região para a Meta 1, assinalando a grande quantidade de processos de FGTS que, na dependência de decisão do STF, não puderam ser julgados, contribuindo, decisivamente para o não cumprimento da meta1 e o aumento do congestionamento; TRF 5 - O Desembargador Federal Marcelo Navarro mencionou a questão da dependência de fatores externos à JF no efetivo cumprimento das execuções, destacou que o fim da competência delegada e o novo Código de Processo Civil - CPC podem influir no resultados futuros das metas, por exemplo em relação à meta 2, uma vez que o novo código exige observância à cronologia no julgamento das ações judiciais. Ressaltou, ainda, que deve ser analisada a questão da remuneração como fator de atratividade. Destacou, ainda, a deficiência histórica de pessoal de Tecnologia da Informação, assinalando que a terceirização nunca foi a melhor solução, pois facilita a perda de capacitação técnica devida à volatilidade dos terceirizados. Com relação à Meta 5 destacou os problemas com a geração de dados na quinta região, onde o sistema Creta não apresenta a diferenciação da fase de cumprimento de sentença da de execução, o que pode ter interferido nos resultados apresentados da meta 5 (alta taxa de congestionamento nas execuções não fiscais nos juizados especiais); AJUFE - O Juiz Federal Antônio César Bochenek informou que a Associação está planejando uma agenda mais propositiva, com a realização de fóruns para debater diversos temas, principalmente os vinculados às metas da JF. Informou sobre a intenção da AJUFE de realizar eventos relacionados à conciliação e à improbidade administrativa. Por fim destacou o trabalho dos juízes assessores, citando-os nominalmente. Sobre os dados apresentados a Ministra Laurita Vaz destacou que é preciso acompanhar de perto a situação dos processos sobrestados, sendo que o quantitativo desses processos impressionam (recursos repetitivos e repercussão geral). Declarou que para fazer frente ao acúmulo desses processos é necessário definir estratégias e exemplificou medidas quem têm tomado no seu gabinete no STJ para acelerar a tramitação dos feitos. Enfatizou a importância de equilibrar a produção de julgados entre processos novos e antigos. Por fim, declarou ser importante conhecer as ações executadas pelas regiões com vistas a diminuir o tempo de tramitação dos processos. Ressaltou, ainda, que está empenhada em discutir a questão salarial dos servidores.

2. Aprovação da parametrização do Glossário de Metas 2015

O Secretário-Geral, do CJF, Juiz Erivaldo dos Santos esclareceu que o Glossario de metas tem por objetivo oferecer a todos os esclarecimentos necessários para que os tribunais possam coletar as metas de forma padronizada. A Ministra Laurita Vaz lembrou, com o endosso do Secretário-Geral, que o Glossário de Metas 2015 foi amplamente discutido, com envolvimento das áreas técnicas e dos juízes responsáveis pelas metas. Submetido à votação, o Glossário de Metas de 2015 foi aprovado por unanimidade.

3. Aprovação da Política de Nivelamento de TI

Esclareceu o Secretário-Geral que a política de nivelamento de TI prevê a adoção de padrões mínimos de infraestrutura básica de tecnologia da informação, considerando os princípios da eficiência e a necessidade de racionalização de recursos. O Desembargador Federal Marcelo Navarro, do TRF 5, assinalou a diferença de padrão entre as regiões e questionou se os tribunais que já tiverem superado os padrões estabelecidos serão prejudicados. A Ministra Laurita Vaz ressaltou que não haverá redução nos padrões de TI, que pelo contrário, a intenção é que todos cheguem no nível ideal e que é salutar a troca de experiências e a solidariedade de todos as as regiões para que se alcance padrões ideais na área de TI para todos. Submetida à votação, a minuta foi aprovada por unanimidade.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

4. Aprovação da ordem de prioridade dos Sistemas Nacionais

Preliminarmente, o Secretário-Geral esclareceu que áreas técnicas de tecnologia da informação do CJF e dos cinco regionais fizeram a identificação dos sistemas com potencial para utilização nacional e apresentaram uma lista de 16 sistemas. A Ministra Laurita Vaz consultou a todos sobre se havia consenso em priorizar 4 sistemas (Sistema de RH, Gestão Orçamentária e Financeira, Controle de Diárias e Passagens e Processo Judicial Eletrônico - PJe). O Presidente da 1a. Região indicou o PJe como prioritário entre os demais. Após discussão e não tendo havido consenso, a Ministra Laurita Vaz sugeriu, e todos consentiram, que o assunto deve ser tratado no Encontro Nacional da Estratégia da Justiça Federal. Concluiu solicitando que fosse feito um diagnóstico com os tribunais em relação aos sistemas identificados para subsidiar as discussões no Encontro Nacional.

5. Aprovação da programação do Evento - Encontro Nacional de Estratégia da Justiça Federal

De acordo com o inciso V do art. 4º da Resolução CJF-RES-2015/313, está prevista a realização de eventos anuais para a avaliação e divulgação da estratégia. A Ministra Laurita Vaz comentou da necessidade de que o evento seja realizado com brevidade, a fim de que se faça o envolvimento dos magistrados e servidores com a estratégia já em curso e sugeriu a data de 28 e 29/05 para realização do evento. Sugeriu, ainda, que o evento tenha caráter prático e menos teórico. O Desembargador Federal Marcelo Navarro, da 5ª Região, considerou que a programação sugerida está adequada, pois privilegia a realização de oficinas. Sugeriu a alteração da programação para que conste, ao invés de Workshop, Oficina de Trabalho, no que todos concordaram. A Ministra submeteu à votação a data de 28 e 29/05 e a minuta de programação do Encontro Nacional, aprovados por unanimidade.

6. Aprovação do Plano de Comunicação da Estratégia

A Ministra Laurita Vaz ressaltou a importância da comunicação uniforme na JF, com conteúdo atendendo especificamente cada região. O Desembargador Federal Marcelo Navarro, do TRF 5, solicitou a retirada da palavra STAKHOLDERS, mantendo-se "comunidade jurídica", no que foi atendido. O Plano de Comunicação foi aprovado por unanimidade.

7. Outros Assuntos

O Desembargador Federal Marcelo Navarro, do TRF 5, voltando à questão do nivelamento de TI, assinalou a necessidade de nivelar a questão do número de servidores de TI (foi, então, lembrado que existe projeto no CNJ referente ao assunto), tentando-se, pelo menos, tornar o quadro de servidores proporcional às demandas de TI. Foi considerado, pelos presentes, que a terceirização pode gerar um nível de vulnerabilidade preocupante. A Ministra Laurita Vaz considerou que a questão deve ser atacada e já levantou alguns pontos a serem tratados com o Ministro Falcão. Apresentou preocupação quanto à alteração no novo CPC que transfere o procedimento de admissibilidade dos REs, hoje realizado nos Tribunais, para o STJ. Ministra considerou que os "filtros" realizados na 2ª instância no exame de admissibilidade são essenciais para agilidade na tramitação dos processos. Finalizando os trabalhos, agradeceu a presença de todos, saudando os membros da AJUFE, demais juízes e a participação da assessoria, reafirmando o livre acesso de seu gabinete.

8. Participantes da reunião

Participaram da reunião, representando a AJUFE, o presidente, Juiz Federal Antônio César

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Bochenek, e os juízes federais Alexandre Infante e Luciana Ortiz. Participaram também da reunião pelo TRF 1 :Wânia Maríça Araújo Vieira, Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica; Marcos Barbosa, Diretor da Secretaria de TI; Maria Carolina Ribeiro, Diretora de Desenvolvimento Institucional e Gustavo Stenio Silva Sousa, Diretor da Divisão de Estatística. Pelo TRF3, Sandra Marinho Bueno, Assessora da Presidência e Vítor Neves Ribeiro, Assessor de Planejamento Estratégico. Pelo TRF4, José Carlos Bonato, Assessor de Planejamento e Gestão. Pelo CJF, Silvana Conceição Dias Soares, Coordenadora de Gestão Estratégica; Marcos Antônio Kronenberger, Chefe da Seção de Planejamento Estratégico.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETÁRIO
SDI - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL